



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONASP**

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO.

Entre os dias 16 e 18 de junho de 2015, na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, situado à Esplanada dos Ministérios, Bloco T, teve início a 32ª Reunião Ordinária, com a presença da Presidente do Conselho, Regina Maria Filomena de Luca Miki, do Vice-Presidente, Sr. Almir Laureano dos Santos, comparecendo os conselheiros **representantes dos trabalhadores**, os representantes da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis (COBRAPOL) Sr. Janio Bosco Gandra; da Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) Sr. Carlos Eduardo Miguel Sobral; da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF) Sr. Maicon Nachtigall, da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME) Sr. Abelardo Camilo Bridi e Márcio Ronaldo de Assis; da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) Carlos Antônio Almeida de Oliveira; da Associação Brasileira de Criminalística (ABC) Sr. Walney José de Almeida; da Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais (ANASPRA) Sr. Elisandro Lotin de Souza; e pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (SINDARSPEN) Sr. Paulo César Buzzetti dos Santos. Como conselheiros representantes das Entidades Cíveis, os representantes da **Viva Rio** Sr. Sebastião Correia dos Santos; da **Grande Oriente do Brasil** Sr. Almir Laureano dos Santos e Clerton Azevedo Franca, do **Instituto Sou da Paz** Sr. Ivan Contente Marques. Como **Conselheiros representantes do Fórum de Redes e Movimentos Sociais**, os representantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos –MNDH Sra. Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes; do **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** Sr. Cássio Thyione A. de Rosa; da **Rede Desarma Brasil** Sr. Cléber Pinheiro Costa; do Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE) Sra. Neiriele Marques da Silva; da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) Sr. Márcio Marins e Sra. Fernanda Benvenutty e pelo Coletivo de Entidades Negras (CENBRASIL) Sr. Adailton Borges dos Santos. Como **Representantes dos Gestores** compareceram os conselheiros representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca; do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia (FNOP) Sr. Teobaldo Witter; do Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil Sr. Rodrigo Tasso; do Departamento de Polícia Federal (DPF) Sr. Zulmar Pimentel dos Santos; do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) o Sr. Waldo José Caram Rohlfs; do Conselho Nacional das Guardas Municipais o Sr. Rogério Tenente Cabral; do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (CONSESP) o Sr. Thiago Frederico de S. Costa; do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (CNCG) Sr. Agnaldo Augusto da Cruz. Compareceram também, **como convidados e observadores**, o representante do Conselho Nacional de Psicologia, Sr. Rafael Menegassi Taniguchi; da Secretaria de Movimento de Direitos Humanos de Brasília, Sra. Diana Melo Pereira e Sr. Ariel de Castro Alves; do Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) Sr. Maurício Sponton Rasi, Sra. Beatriz Cruz da Silva e Sra. Livia de Mello Ávila; da **FEBRASP**,

Sr. Wesley Barreto Bastos; do Gabinete do Ministro da Justiça, Sra. Ingrid Hrusa; do Fórum de Mulheres do Mercosul Movimento de Nacional de Direitos Humanos, Sra. Joselda Ney e os representantes da Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça, Srs. Allan de Carvalho e Marcone G. Santos. Dando início à reunião, **dia 16 pela manhã**, o **Vice-Presidente, Almir Laureano** disse aproveitar o início dos trabalhos para conhecer os novos conselheiros, cedendo a palavra para cada um se apresentar; informou a presença do ex-Conselheiro Wesley no plenário. Em seguida colocou em regime de votação a Ata da 31ª Reunião do CONASP. Em regime de votação foi aprovada por unanimidade. Com a palavra a **Conselheira Lourdinha** disse das dificuldades do Provita e solicitou agendar na próxima reunião este assunto. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano**, apresentou a seguinte proposta de pauta: Proposta de Pauta: **dia 16/06 pela manhã** - 09h00 – Abertura. 09:15 – Aprovação da Pauta da 31ª Reunião. 09:30 – Reunião com os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para tratar do desarmamento (pendente de confirmação de data e horário por parte das respectivas autoridades). 11h00 - Escolher dois conselheiros, da sociedade civil, para representar o CONASP junto ao CONATRAP. 12h00 – Intervalo para Almoço. **Dia 16/05 à tarde** - 14h00 – 2ª CONSEG. 16h00 – 2ª CONSEG. 18h00 – Encerramento. **Dia 17 pela manhã** - 09h00 – Abertura. 09h15 **-(Proposta do Conselheiro Tião aprovada na última reunião)**. 1 – Apresentação por parte do governo dos programas e ações desenvolvidas nos últimos quatro anos com detalhamento de: A – Exposição da dimensão estratégica da segurança pública definida pelo governo; B – Ações desenvolvidas; C – Recursos investidos e efetivamente gastos; D – Metas previstas e alcançadas; E – Resultados efetivamente alcançados. F - Plano Juventude Viva. **12h00** – Intervalo para Almoço. **Dia 17 à tarde**. 14h00 – Retorno dos Trabalhos - Continuação das apresentações. 18h00 – Encerramento. **Dia 18 pela manhã**. **09h00 – Abertura**. **09h15** - Agenda Prioritária de Segurança Pública; - Criação de uma Academia Nacional de Gestão de Segurança Pública. **12h00 – Intervalo para Almoço**. **Dia 18 à tarde**. **14h00 – Retorno dos Trabalhos**. - Deliberação sobre os pareceres relativos aos seguintes temas: 1) airsoft e paintball; 2) redução da maioria penal. **16:30 – Informe dos Conselheiros**. **17h00 – Encerramento**. Em seguida pediu licença a todos para, antes da aprovação da pauta da 32ª reunião, explicar a saída da Secretária Executiva do CONASP, Sr. Paula Guerra. O **Conselheiro Carlos Antonio** solicitou espaço na pauta para apresentar a proposta de documento sobre a violação de direitos humanos com o Travesti Verônica, o que foi acatado pela plenária. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** informou que não fora agendadas as reuniões com a presidência da Câmara e o Senado. O **Conselheiro Tião** sugeriu à Mesa Diretora dos trabalhos quanto ao que foi feito de fato para que ocorresse a reunião na Câmara e Senado e que se fizesse a leitura da pauta para saber o que caiu ou não. Pediu a palavra o **Conselheiro Cleber** para dizer que gostaria de questionar local inadequado onde se realizou a 31ª reunião do CONASP, bem como dessa reunião; que lhe preocupa essa situação; que gostaria de saber o que esta Secretaria (Executiva) fez para que acontecesse essa reunião desorganização. O **Conselheiro Lotin** disse da falta de respeito do Ministério da Justiça por não ter nomeado uma Secretaria Executiva; que caracteriza falta de consideração para com o CONASP e inadmissível não nomear uma pessoa para esta reunião; que a impressão é que os conselheiros estão fazendo um favor e que se sente um palhaço. Interveio a **Conselheira Neiriele** para sugerir reunião com o Ministério para saber do que está acontecendo. **Conselheira Fernanda** afirmou que não ser possível permanecer em um Conselho que muda as pessoas todas as vezes e não tem a substituição; que a comunicação ruim e que o Conselho não é um conselho de redes sociais. A **Conselheira Lurdinha** pediu a palavra dizendo, em relação ao PPA, que foi sugerido a todos os órgãos vinculados ao Ministério o que pensam em fazer, conselho isolado dentro da estrutura do Ministério e que respondesse em relação ao PPA. Com a palavra a **Conselheira Neiriele** para dizer que o conselho precisa de um momento para tratar das comissões, permanentes. Pediu a palavra o **Conselheiro Carlos Antonio** para dizer

que iniciou trabalhos recentemente ressaltando a necessidade do CONASP ser prepositivo e produzir conhecimentos. O **Conselheiro Teobaldo** disse se a segunda vez que participe e via a dificuldade e falta identidade do Conselho; questionou quanto à posição do CONASP dentro do MJ; que o CONASP tem que ter uma posição e opinar sobre a questão de segurança; que o Congresso Nacional não pode deixar de responder um pedido de reunião; que o CONASP tem que influenciar diretamente para que isso ocorra. Com a palavra o **Conselheiro Tião** que disse concordar com o Conselheiro Carlos; que de fato o Conselho precisa tomar pé da realidade do MJ; que somos vítimas da violência onde 60 mil pessoas morrem por ano. Fez uso da palavra o **Conselheiro Cássio** disse que as pessoas que dedicam seu tempo se decepcionam em pequenas coisas; que gostaria que fosse colocado em discussão a razão pela qual uma pessoa consegue ser mais recebida (pela direção do Ministério da Justiça) do que o Conselho e que esse seria o momento de pressionar. **Dr. Mauricio, colaborador da SENASP**, tomou a palavra para dizer que a reunião é de que eventuais erros sejam corrigidos; que há necessidade de fazer debates internos para depois consolidar o externo; que é Delegado de Polícia do estado de São Paulo; que já esteve no Ministério da Justiça um ano e meio; que Paula (ex-Secretária-Executiva do Conap) foi buscar algo melhor; que a Secretaria Nacional de Segurança Pública estava fora do país e retornou achando que estava tudo ok; que o Pacto Nacional de Redução de Homicídios deve ser inserido nesta pauta vem como também a redução da maioria penal; que não podemos esvaziar o CONASP; que pedia desculpas em nome da Dra Regina. Com a palavra o **Conselheiro Lotin** para repetir que há interesse de contribuir com o CONASP, mas a impressão é que não se tem o respeito do MJ; que sente ser inútil repetir o que já falamos. Com a palavra o **Conselheiro Tião**, agradeceu e disse o CONASP tem grandes desafios além do que está na pauta; que tem o plano de redução de violência; que não falta pauta; que há necessidade de pactuar com o Ministério da Justiça, com o Ministro da Justiça, com a Secretaria Regina; que não se consegue gente que paga do próprio bolso para esta aqui. Solicitou a palavra a **Conselheira Lurdinha** para dizer que foi professora 30 anos, que gosta de trabalhar; que os conselheiros estão reunidos; que não houve organização; que o CONASP não está junto com a equipe da Câmara e Senado e vamos ficar aqui enquanto o Ministério da Justiça está lá; que lutou muito para esse conselho em seu Estado; que esse momento agora é grave e tem movimento para acabar com o Conselho; que esse exemplo do deste dia de hoje foi gol contra pq não estamos lá (no Congresso Nacional). O **Conselheiro Carlos** agradeceu a presença do Sr. Mauricio; que ouvir e propor, melhorias e cobrar é papel dos conselheiros; que gostaria que ele levasse e acompanhasse os desdobramentos do pacto de redução dos homicídios, antes de encaminhar. A **Conselheira Fernanda** disse que o Conselho está vivendo um momento de insegurança; que o que é produzido não tem visibilidade fora; que outros conselhos que participou a sociedade fica sabendo o que ocorre; que esse caráter consultivo ao bel prazer do governo é ponto primordial para se debater o caráter do CONASP; que o CONASP deve ter a devida valorização e que não seja um conselho do Ministério da Justiça para o Ministério da Justiça; que a sociedade espera mais do CONASP; que os representantes da sociedade civil não estão no CONASP para fazer papel do governo. Dada a palavra ao **Conselheiro Cleber**, disse que no Auditório Tancredo Neves não é o local ideal e que isso preocupa; que novamente se depararam com essa situação em que não há espaço para todos os conselheiros; que não se tem a representação da Secretaria Executiva do CONASP; que alguns dos conselheiros poderiam encontrar um local mais adequado para o CONASP se reunir; que a pauta de hoje era a visita ao congresso. Dada a palavra ao **Conselheiro Teobaldo** para dizer ao Dr. Mauricio que o Congresso Nacional não tem o direito de não responder ao pedido do CONASP; questionou qual a identidade do CONASP; que as resoluções são muito importantes; que o Pacto está sendo construído sem a participação do CONASP; que, pela diversidade de representação, teria muito que ajudar, que como Ouvidor de Polícia tinha muitas agendas com autoridade do Estado do Mato Grosso; que o Ministério de Justiça tem muito a dialogar com os estados; que é preciso

trabalhar juntos. Solicitou a palavra o **Conselheiro Lotin** e disse que o governo tem que aproveitar essa ferramenta, o CONASP; que cabe também ao CONASP defender proposta como no caso da redução da maioria penal; que se todos os Conselheiros forem ao Congresso Nacional as portas se abrirão; que naquela tarde seria tratado a Conseg. Tomou a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** para fazer a leitura da pauta. Pediu a palavra o **Sr. Maurício, colaborador da SENASP**, e disse que partir daquele momento assumia o compromisso de fazer contato como a ASPAR (Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro) para articular com Congresso Nacional; que estava ali como colaborador; que propunha seguir a pauta e ver a devolutiva das duas propostas relativas ao Pacto. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** voltou à leitura da pauta. Pediu a palavra o **Conselheiro Tião** para dizer que havia a necessidade de debate com a Secretária Nacional de Segurança Pública. Dada a palavra ao **Sr. Maurício, colaborador da SENASP**, disse ser pertinente e necessário esse debate para que se eliminasse a insegurança observada nas falas. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** salientou a necessidade de consolidar a pauta do dia e a construção da dos dias 17 e 18/06. Pediu a palavra a **Conselheira Neiriele** para sugerir a inclusão das comissões de ética e a Executiva. O **Conselheiro Rodrigo Tasso** sugeriu a “desmilitarização” e o “ciclo completo de polícia” próxima reunião do CONASP. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** indagou a todos se seria consensual que a maioria penal e indicação de conselheiros para o Conatrap fosse aprovado para a pauta do daquele dia (16/06), ao que recebeu o aval de todos. O **Conselheiro Rodrigo Tasso** sugeriu que se passasse a conhecer melhor as propostas para melhor qualificar o debate. O **Conselheiro Tião** disse entender que se faz necessário qualificar o debate e externar para sociedade; que um tema como esse quanto mais embasado melhor; que pela pauta o CONASP deveria se fazer o aprofundamento necessário; que tinha dúvidas sobre questões do Regimento Interno; que o pleno tem o direito de recompor a pauta; que algumas situações têm que ser discutidas para não se perder as oportunidades. Retomou a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** e disse que o Pleno não tem o poder de derrubar o próprio pleno; que não pode ir contra o regimento. Pleiteou a palavra o **Conselheiro Lotin** para dizer que não era contra a pauta, nem contra a inclusão. A **Conselheira Neiriele** sugeriu objetividade nas discussões. O **Conselheiro Tião** sugeriu rever o regimento. O **Vice-Presidente, Almir Laureano**, observou que tem que ficar muito claro e que a representação no CONASP não é de Conselheiros e sim de Instituições. A **Conselheira Neiriele** fez uso da palavra para dizer que lhe incomodava o fato do pleno estar pulando temas ficando tudo aberto. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** disse que a pauta do dia estava fechada e que seria apresentado o parecer da maioria penal; que antes seria dada a palavra ao Chefe de Gabinete da SENASP, Sr. Marcelo. Com a palavra, **Sr. Marcelo** para dizer da transição na Secretaria Executiva do CONASP, mas que já estão sendo superados; que se tem que buscar soluções; que pedia desculpas a todos salientando a necessidade de continuar juntos com os erros e acertos. Retomou a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** com sugestão de encerramento dos trabalhos e retorno às 14 horas com a leitura do parecer da redução da maioria penal. (parecer nº 03 CONASP); que a Secretaria Executiva providenciasse cópias do parecer para os conselheiros; que indicação a que se refere o e-mail do Conatrap, solicita a indicação, pelo CONASP, de um titular e suplente, representantes da sociedade civil e trabalhadores. **Retomando os trabalhos no dia 16 à tarde, o Vice-Presidente, Almir Laureano** deu início aos trabalhos com a leitura do parecer contrário à redução da maioria penal. Franqueada a palavra ao **Conselheiro Rodrigo Tasso** que questionou alguns pontos do parecer; que fossem feitas diligências com dados para facilitar a defesa da proposta. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano**, observou que ficara acertado que seria uma defesa a favor e outra contrária ao parecer. Com a palavra o **Conselheiro Marcio Marins** que disse não saber se levantar números pode ajudar; que em seguida fez a leitura de um manifesto de várias entidades contrário à redução da maioria penal; que o texto constasse da ata e que

fosse encaminhado a todos os conselheiros. O **Conselheiro Tião** disse que o tema está na pauta do Congresso e nesse sentido as falas abriram o debate; que sejam três intervenções a favor; que a votação se desse no próximo dia (17/06) com as alterações propostas. O **Conselheiro Paulo César** disse que o parecer precisava ter sustentação técnica para demonstrar a posição do CONASP. Com a palavra o **Conselheiro Cleber** disse que o CONASP precisa antes definir se é a favor ou contra, para somente depois discutir construir o parecer. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** disse que a minuta de parecer foi elaborada pela Secretaria Executiva e que era para ser discutida. Pediu a palavra o **Conselheiro Lotin** para dizer que mexer na maioria penal é inconstitucional; que é cláusula pétrea; que a Anaspra é contra; que a partir da decisão, se contra ou a favor, seria construído o parecer. Fez uso da palavra o **Conselheiro Cássio** e observou que os conselheiros representam suas bases; que todos ali presentes já tinham suas posições. Com a palavra o **Conselheiro Teobaldo** que disse ser Professor de psicologia da educação; que vários aspectos cercam a abordagem que envolve crianças; que no geral o texto apresentado é interessante; que o congresso não perguntou à sociedade. O **Conselheiro Adailton** disse concordar com o Conselheiro Cássio; que o legado perverso vem desde 1800; que o mapa da violência serve como base; que há comoção nacional em relação ao tema; que há ganchos que podem auxiliar e estudos que podem fortalecer o parecer. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** fez constar a presença de 17 (dezessete) conselheiros sugerindo primeiro votar se o colegiado é favor ou contra a redução da maioria, para depois debater o parecer. Em regime de votação foram 14 (quatorze) votos contrários à redução da maioria penal e 02 (duas) abstenções. Tomada a decisão foram indicados os Conselheiros Marcio, Paulo, Neiriele e Teobaldo farão as alterações no parecer e apresentarão novo texto ao pleno na quinta (17/06) pela manhã. O **Conselheiro Augusto** fez constar que sua entidade tinha posição favorável à redução da maioria penal. Em seguida o **Vice-Presidente, Almir Laureano** solicitou ao Conselheiro Márcio que fizesse a leitura do Parecer nº 02 do CONASP que trata dos lançadores de Airsoft, pantball e armas produzidas por impressora 3D. Realizada a leitura solicitou a palavra a Conselheira Neiriele para dizer da necessidade de enxugar o texto e correções de digitação. Pediu a palavra o **Conselheiro Cássio** informando que o ex-conselheiro Sandro, autor do texto, já tinha enviado uma versão corrigida. O **Conselheiro Tião** sugeriu que fosse votado o conteúdo se prontificando a solicitar ao autor o envio do texto corrigido. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** que consultou ao plenário, sendo a proposta do Conselheiro **Tião aprovada por unanimidade**. Ato contínuo colocou para debate a questão que envolveu violência contra a Travesti Verônica em uma delegacia do Estado de São Paulo. Com a palavra a **Conselheira Fernanda** disse que o que trouxe foi a violação e o CONASP ficou de tirar uma nota. Com a palavra a **Conselheira Neiriele** que solicitou a palavra para reiterar a necessidade de objetividade, indagando sobre os tópicos com o provita, PPA do Ministério da Justiça, comissões internas, quais estão em funcionamento e quem participa. Pediu a palavra o **Conselheiro lotin** e disse que o GT que trata do assédio moral contra trabalhadoras da segurança Pública já realizou 2 reuniões e está tendo uma hoje (16/06). Com a palavra a **Conselheira Lourdinha** disse que era preciso definir e decidir essas pendências. Conselheiro Lotin disse que em Santa Catarina essa discussão acerca do tema assédio é intensa e se faz necessário criar uma cartilha de procedimentos para as profissionais e alterar legislação, que hoje é esparsa. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano informou que** será providenciada um documento com as comissões com respectivos andamentos; que existe a comissão de ética e da mesa diretora; que a Secretaria Executiva vai levantar todas para informar aos conselheiros. Ato contínuo indagou se poderia dar início ao debate acerca da Conseg. Pediu a palavra o **Conselheiro Lotin** para apresentar uma proposta de moção cuja idéia é solicitar que a Presidenta Dilma sancione o PLC nº 19/2015, que torna crime hediondo crimes contra a vida de profissionais de segurança pública e seus familiares; que em sua visão o país está vivendo um processo similar a guerra; que tinha conversado com o

Deputado Gonzaga e fizeram articulação no Congresso Nacional. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** para colocar a proposta em votação. **Proposta aprovada com 2 (duas) abstenções.** Ato contínuo, abriu o debate para tratar resolução que trata das normas de funcionamento da Etapa Nacional da Conseg. Pediu a palavra a **Conselheira Lourdinha** que solicito o envio da versão final do RI da 2ª Conseg. **A Conselheira Neiriele** fez a leitura da Resolução do Regulamento da 2ª Conseg e serão feitos destaques. Após debates dos destaques, quais sejam, Art. 1º, § 4º (Márcio), § 3º (tião), Art. 2º, II (neiriele e lourdinha), Art. 3º, II (Fernanda), Art. 4º, § 1º (Neiriele), Art. 8º, § 1º (Fernanda), § 4º (Márcio) § 5º (neiriele), Art. 11 – Bridi, Anexo I (Márcio), foi encerrada a reunião às 17h30 por falta de quorum e comunicado que os trabalhos no dia 17 teriam início às 10h00. **Antes de dar início aos trabalhos no dia 17/06 foi comunicado que os trabalhos da manhã se dariam na sala 502 do Edifício Sede por determinação da Presidente do CONASP, Sra. Regina Miki.** Iniciados os trabalhos tomou a palavra a **Presidente do CONASP, Sra. Regina Miki**, que pediu desculpas pelos problemas ocorridos e informou que a Secretária Executiva do CONASP, Paula Guerra fora para outro ministério; que a cessão da nova Secretária Executiva já foi solicitada; que Maurício, colaborador, levou 5 meses para ser liberado e que também trabalhará no CONASP, que serão tomadas decisões acerca de cortes orçamentárias em termos de diárias e passagens; que as reuniões do CONASP terão duração de 1,5 dias (um dia e meio); que os grupo de trabalho de assédio moral e sexual às profissionais de segurança pública será tornado permanente; que o papel das mulheres será debatido de forma mais ampla, aumentando a participação feminina nos comandos; que há batalhas complexas no Congresso Nacional e confusão de pautas com ênfase nas temáticas de desarmamento e redução da maioria penal; que no plebiscito, por exemplo, a forma de perguntar foi equivocada.; que a idéia é não alterar o estatuto do desarmamento e lutar contra a redução da maioria penal; que recebeu contribuições dos peritos e da FENEME para o Pacto Nacional de Redução dos Índices de Homicídios; que a Senasp está consultando vários colegiados; que o CONASP foi o primeiro colegiado a ter contato com o Pacto; que a Senasp terá como grande objetivo, nesse contexto, a redução de homicídios; que a idéia de criar uma secretaria executiva única para todos os conselhos do ministério está sendo debatida internamente; que isso proporcionará uma interface e troca de informações e políticas entre os Conselhos; que se pensa em uma sala para reuniões, que (em resposta a citação do Conselheiro Tião de que jornal que circula na cidade do Rio de Janeiro havia questionado gastos com a Força Nacional em determinada região de favela próxima ao Santa Marta) no Rio de Janeiro foram gastos 23 milhões em 3 anos com a Força Nacional, que matérias jornalísticas não pontuam o aumento de segurança e bem-estar naquela localidade; que segurança pública não é gasto e sim investimento; que o balanço foi positivo, que a Força Nacional deveria ficar temporariamente; que sabe que enquanto o Policial Civil recebe cerca de 2 mil reais, os da Força, em diárias, recebem 7mil; que se não estivessem no Rio de Janeiro estaria em Brasília recebendo diárias; que nas olimpíadas a Força Nacional fará a segurança e não haverá segurança privada nesse evento. Com a palavra a **Conselheira Lourdinha** disse que está difícil arrumar locais para o CONASP se reunir e questionou como fica o regimento diante dessa alteração orçamentária; que preocupa essa adequação, já que as demandas são muitas; questionou se seria isso será temporário ou permanente; que outro ponto é a ausência da Secretária Executiva; que o conselho toma decisões e não há continuidade; questionou o motivo pelo qual o conselho o CONASP não foi ao Congresso Nacional para participar das discussões da redução da maioria penal; que não houve participação do CONASP no PPA; que há uma necessidade de maior interlocução entre os conselhos. Com a palavra a **Presidente do CONASP, Sra. Regina Miki** que disse que o PPA da Senasp é o Pacto; que o Ministério da Justiça vai trabalhar 4 (quatro) anos sobre redução de homicídios, que o Conselho foi o primeiro a ser consultado, que o único que mandou proposta foi a FENEME, que o Conselho não atuou muito diretamente, que não recebeu quase nada deste

Conselho; que o combinado foi que todos se reuniram e sairia um documento único assinado por todos os conselheiros e isso não ocorreu. Com a palavra a **Conselheira Neiriele** que disse não entender que seria um documento único do CONASP. Retomou a palavra a **Presidente do CONASP, Sra. Regina Miki** para dizer que seria disponibilizado 10 (dez) dias de prazo para o Conselho apresentasse esse documento único a respeito do pacto; que precisa ser algo do CONASP; que a única forma deste Conselho se manifestar, pelo regimento, é por meio de um documento único; que era preciso de um documento deste conselho; que para alterar a quantidade de dias de reunião não precisa ser um novo decreto; que é preciso ser feita uma adequação, constar da ata, essa mudança; que este conselho nunca foi deliberativo, exceto para questões internas. Solicitou a palavra o **Conselheiro Tião** e disse que a Câmara dos Deputados está fazendo estudos para o Plano Nacional de Segurança Pública; que nem o CONASP nem a Senasp forma convidados oficialmente para esse grupo ainda. Com a palavra a **Presidente do CONASP, Sra. Regina Miki** e falou que o Ministro da Justiça foi questionado quando disse que as nossas prisões são masmorras; que, entretanto, o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN cuida somente das prisões federais. Fez uso da palavra o **Conselheiro Bridi** e disse que os municípios não constroem presídios devido à dificuldade de se conseguir alvará para construção. Retomou a palavra a **Presidente do CONASP, Sra. Regina Miki** e disse que os recursos para a construção foram liberados; que cada vez mais se fala em encarcerar; que com a redução da maioria penal (se sair) o número de presos irá aumentar; que é bom lembrar que aproximadamente 38% dos presos são provisórios; que às vezes o tempo que eles ficaram presos temporariamente foi maior que a sua pena; que com o Pacto não é uma obra acabada, considerando as peculiaridades de cada Estado; que, tirando a manutenção do Ministério, tudo está dentro do Pacto. Pleiteou a uso da palavra a **Conselheira Fernanda** e disse que está complicada essa situação na qual a Secretária Executiva do CONASP, Paula saiu e fica difícil manter algumas conversas com a Secretaria Executiva. Retomou a palavra a **Presidente do CONASP, Sra. Regina Miki** para dizer que está buscando soluções; que a nova Secretária Executiva será a Andréia e ela trabalhará com o Maurício; que não queria que a Paula fosse exonerada antes de chegar a substituta; que quanto a espaço para reuniões, não tinha solução imediata; que após a apresentação das questões colocadas teria que se retirar em razão de sua agenda. Em seguida o **Vice-Presidente, Almir Laureano** informou que da pauta de trabalhos. Tomou a palavra o Colaborador da Senasp Sr. **Maurício** para explanar acerca das questões de pauta e dos ofícios enviados ao Congresso Nacional e da articulação necessária para que o CONASP seja recebido; que à tarde a reunião seria na sala 304 do Edifício Sede. Dada a palavra à **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp**, que falou das questões que serão tratadas na parte da tarde e para o dia de seguinte (18/06), citando o PL da maioria penal dentre outros; da discussão de uma Nota Técnica do IPEA; da leitura da Nota Técnica do CONASP, observado que já foi aprovada a posição contrária à redução da maioria penal; que precisa ver a questão da constituição das câmaras temáticas e dos grupos de trabalho. Com a palavra a **Conselheira Lourdinha** disse que não o Pleno não havia concluído o que havia sido discutido no dia anterior; que isso não está contemplado aqui, que o material foi enviado por e-mail, mas nem todos tinham computador; que solicitava fosse providenciado cópia do material e que a discussão se desse no dia 18/06 pela manhã. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** consultou o plenário quanto à proposta da Conselheira Lourdinha, que foi aprovada por todos. Pediu a palavra o **Conselheiro Tião** e disse que alguns temas no Regimento Interno da Conseg passaram batidos; que era preciso decidir se iriam mexer no Regimento. Respondeu o **Conselheiro Bridi** que sim, com já havia sido discutido quando da análise do Regulamento. A **Conselheira Lourdinha** argumentou que seria necessário fazer uma emenda ao documento; que ambos os documentos tem que estar atrelados (referindo-se ao Regimento Interno e Regulamento da Conseg). Com a palavra **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** e alertou que uma coisa é alterar palavras no Regimento Interno e outra

coisa é rediscuti-lo. Fez uso da palavra o **Conselheiro Bridi** observando que RI é omissa em relação aos gestores; que três conselheiros poderiam ficar responsáveis em fazer as alterações para apresentar proposta no dia seguinte (18/06) para ser debatido por todos. Solicitou a palavra o **Conselheiro Cleber** afirmando que não concordava em rediscutir o Regimento Interno em sua integralidade. Solicitou a palavra a **Conselheira Fernanda** para dizer que não se trata de mudar o Regimento Interno; que o CONASP o construiu e não houve devolutiva aos conselheiros para criticar e foi encaminhado para Conjur diretamente. Com a palavra a **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** para enfatizar que no dia seguinte pela manhã, as duas primeiras horas serão utilizadas para debater esses dois pontos (Regimento Interno e Regulamento). O **Vice-Presidente, Almir Laureano** pediu a indicação de três conselheiros para fazer o trabalho proposto pelo Conselheiro Bridi, sendo concensuado os nomes dos Conselheiros Bridi, Marcio e Rodrigo Tasso. Com a palavra o **Conselheiro Marcos** e disse que sua apresentação não consta da pauta; que é a proposição legislativa acerca da denúncia trazida pela conselheira Fernanda. Com a palavra o **Conselheiro Gandra** que observou a necessidade de organização das reuniões; solicitou, em relação à PEC nº 24 que tramita no Congresso Nacional, proposta pelo SENADOR Capiberibe, que o Pleno solicitasse a vinda de alguém para apresentá-la ao CONASP; que o Pleno poderia tirar uma comissão para ir ao Congresso Nacional para ver se isso é possível. Pleiteou a palavra a **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** e disse que isso já está previsto na pauta; que quando for discutir essa PEC nº 24 pode-se levantar junto à Aspar para ver que como está o andamento; que a primeira coisa que se tem a fazer quanto à PEC acompanhar a tramitação. Com a palavra o **Conselheiro Gandra** disse que o CONASP deveria aconselhar o Ministério da Justiça a adotar uma postura de defesa da PEC, se for de interesse do governo; que às vezes dá a impressão que esse Conselho não é independente. Interveio a **Conselheira Neiriele** para sugerir que no dia 18 se discutisse as contribuições do Pacto Nacional de Redução de Homicídios. A **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** solicitou permissão para rever a pauta para ver o que seria possível discutir e repassar a todos no dia seguinte. O **Conselheiro Tião** observou que a Secretária Regina Miki havia dado 10 dias para que o CONASP apresentasse suas contribuições ao Pacto; que via a necessidade de criação de um grupo para sistematizar as propostas que todos enviassem. Com a palavra o **Conselheiro Marcos** a proposta de da Conselheira Neiriele pode levar à divagação; que a proposta do Conselheiro Tião é mais viável; que pode haver propostas contraditórias. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** informou que da outra vez as contribuições foram registradas na Secretaria Executiva. A **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** observou que são duas propostas: de Tião e Neiriele, à distância e presencial amanhã. A **Conselheira Lourdinha** disse que o Pacto somente foi apresentado aos conselheiros lhes foi enviado. A **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** sugeriu que fossem sete dias para enviar para estas pessoas e 03 para enviar para Senasp; que fosse criada uma comissão de três conselheiros, a ser votada, via e-mail. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** que abriu espaço para indicações, sendo indicados para representar o seguimento dos gestores, o Conselheiro Alexandre Brasil, pela Sociedade Civil o Conselheiro Márcio e pelos Trabalhadores o Conselheiro Carlos Antônio; que todas as contribuições deverão ser encaminhadas para o e-mail Alexandre.fonseca@sdh.gov.br. Com a palavra o **Conselheiro Márcio** informou que não estaria presente no dia seguinte (18/06), mas que deixaria suas indicações em qual Câmara Temática gostaria de participar. Pediu a palavra a **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** para sugerir que esse tema, Câmaras Temáticas, fosse debatido ao final do dia o que foi acatado por todos. A **Conselheira Neiriele** salientou que constava da pauta a questão do Conatrap. Solicitou a palavra o **Conselheiro Márcio** para observar que não se pode deixar o leque aberto para o Pacto Nacional de Redução de Homicídios; que sugeria que fossem encaminhadas somente ações objetivas e claras para não ficar um documento vago; que fossem evitados princípios e diretrizes. O **Vice-Presidente,**

Almir Laureano deu por encerrado os trabalhos pela manhã informando que o retorno seria às 14 horas na sala 304 do Edifício Sede. **Dia 17/06, às 14h00 o Vice-Presidente, Almir Laureano Almir** deu início aos trabalhos da tarde. Solicitou a palavra o Conselheiro Augusto para apresentar argumentos favoráveis à redução da maioria penal afirmando que a entidade que representa o Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG, é favorável a redução da maioria penal, razão pela qual apresentava voto em separado. O **Vice-Presidente, Almir Laureano Almir** ressaltou que a posição do CONASP, já votada foi contrária à redução da maioria penal. O **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp**, fez uso da palavra para informar que em contato com a Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro – Aspar, foi informado que a maioria penal na Câmara já está avançada, mas no SENADO há possibilidade de atuar por meio da Comissão de Direitos Humanos; que saísse ofício para o SENADO para que um grupo de conselheiros possa participar de reunião desta Comissão para debater o tema; que era preciso definir pauta específica para este grupo articular nas comissões a atuação do CONASP; que se deve protocolar documento com a posição do CONASP quanto à redução da maioria penal. Passada a palavra à **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp**, passou a discorrer sobre os três Grupos de Trabalho formados pela Senasp (controle de armas; Assédio moral nas forças de segurança pública e Questões de gênero nas forças de segurança pública). Com a palavra o **Conselheiro Lotin** que enfatizou que a provocação do CONASP para criação do GT surtiu efeito; que em Santa Catarina se realizou um seminário para tratar do assunto; que são situações complicadas; que pretende fazer outro seminário em Chapecó/SC; que na Segurança Pública isso é mais complicado; que era preciso apoio e indicação de um representante do CONASP para participar do GT. O **Conselheiro Gandra** pediu a palavra e agradeceu a escolha para o GT; que participou de 02 ou 04 reuniões; que foi eleita um mulher para tratar de assuntos das mulheres por sua entidade; que enquanto presidente queria trazer esta pessoa para este GT; que por bem solicitou a participação desta colega no GT e foi negado; que diante da negativa tinha a obrigação de não participar do GT; que a Dra. Valquiria também participou pelo CONASP; que a Confederação, como dito pela senhora Beatriz, pleiteia direito a participar para colaborar; que gostaria que fosse autorizado que essa Diretora participasse do GT com custos para a Confederação; que o GT aumentou o pedido da Cobrapol não foi atendido; que agradecia o apoio que recebeu; que fosse estipulado tempo para as falas. Com a palavra o **Conselheiro Lotin** e disse que houve debate no GT mais jamais a vedação da Cobrapol; que a questão é financeira; que isso não tem lógica; que o grupo aumentou, mas depende de vários aspectos; que na ação se cita que há subordinação, mas que isso não ocorre, há sim debate; que só estava esclarecendo. Solicitou a palavra o **Conselheiro Teobaldo** e disse que o trem anda; que no Mato Grosso do Sul se discute o assédio; que a Polícia Militar se posicionou com relação a isso; que a decisão foi criar uma gerência de atendimento à mulher policial, onde somente trabalham mulheres; que esta deixando um folder para os conselheiros. Com a palavra o **Conselheiro Tião** que propôs que o conselho recomendasse à Senasp que atendesse ao pleito da Cobrapol com ônus na forma colocada pelo Conselheiro Gandra. Requisitou a palavra a **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** e disse que acreditava que não teria problema; que iria falar com a Secretária; que há um GT focal na Força Nacional para tratar do Assédio; que ao fazer a pesquisa se viu a necessidade de discutir a questão da equidade de gênero na Força Nacional; que na Força Nacional só tinha alojamento masculino e que isso já foi resolvido; que o Ministério da Justiça tem avançado na defesa do estatuto do desarmamento e passou a fazer a apresentação de Slide com informações sobre as atividades da Senasp; que existe um grupo de trabalho específico no Ministério da Justiça para tratar de arrombamento de caixas. Solicitou a palavra o **Conselheiro Ivan** que disse sobre o grupo de trabalho que trata do estatuto do desarmamento. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** pediu a atenção de todos, vez que passaríamos para a terceira apresentação que trata do Pacto Nacional de Redução de

Homicídios. Em seguida passou a palavra ao Sr. Marccone, representante da Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro, frisando que após a apresentação o Pleno teria que fazer a indicação dos conselheiros para participar do Comitê Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Conatrap, em substituição ao Conselheiro Gandra. Pediu a palavra o **Cleber** para sugerir que a Senasp possa colocar a questão dos explosivos para o CONASP, isso em outro momento. Retomou a palavra o **Sr. Marccone** que fez a apresentação do Plano Nacional da Redução de Homicídios. Em seguida fez uso da palavra o **Conselheiro Carlos** para dizer que em toda campanha é importante ter dados, que a questão da inserção do uso de drogas como doença, que espera que o CONASP debruce sobre o tema. Com a palavra a **Conselheira Fernanda** disse que seria importante a interlocução como o Ministério da Saúde para tratar desse assunto e de outros que dizem respeito à mesma temática. Interveio o **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp**, sugerindo que à Senasp que não há necessidade de criação de mais um banco de informações, sendo suficiente aperfeiçoar o que existe, citando o Infoseg. Em seguida fez uso da palavra o **Conselheiro Tião** e disse torcer para que a campanha alcance seu objetivo e que esse talvez seja o governo que mais mal se comunica; que todas as obras no Rio para a Olimpíada não têm uma placa do governo federal, que espera que se faça uma comunicação adequada; que uma campanha como essa tem que ser permanente e transversal; que o governo tem uma rede de comunicação pública e tem outra comunitária e também a voluntária que tem uma penetração impressionante; que elas devem ser incluídas. Pediu a palavra a Conselheira Lourdinha e solicitou esclarecimentos sobre o número de cidades envolvidas e se contemplavam todos os estados (atuação dos GTs da Senasp). **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** esclareceu que sim. A **Conselheira Neiriele** observou que disse já que se estava falando de comunicação que fosse falado sobre o racismo institucional; que infelizmente o jovem negro é suspeito padrão; que era preciso desconstruir essa cultura. Com a palavra o **Conselheiro Teobaldo** que disse da violência como epidemia; que parece que todo mundo é bandido; que se tratar como epidemia isso acontece; que é preciso se ouvir as pessoas e ver as questões. Dada a palavra ao **Conselheiro Adailton** que disse ser preciso ver a questão da criminalização da pobreza; que é preciso coletar informações. Pediu a palavra o **Sr. Marccone** e agradeceu a sugestão do Conselheiro Tião quanto à inclusão das rádios comunitários; que não se pode ignorar que as vítimas são jovens, negras e pobres. Agradeceu e se retirou. Retomou a direção dos trabalhos o **Vice-Presidente, Almir Laureano** e anunciou o **início da** discussão da Nota Técnica do IPEA, mas que seria dado 10 minutos de intervalo para a escolha dos conselheiros para participarem do Conatrap e daquele que substituirá o Conselheiro Gandra no GT de Assédio Moral e Sexual Contra as Profissionais de Segurança Pública. Reiniciados os trabalhos, com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** anunciou as indicações concensuadas dos Conselheiros Ronaldo e Fernanda para participarem do Conatrap e o da Conselheira Lourdinha para substituir o Conselheiro Gandra no Grupo de Trabalho que trata do “Assédio Moral e Sexual Contra as Profissionais de Segurança Pública”. Em seguida foi dada a palavra ao **Conselheiro Carlos** que passou a explicitar a proposta de Projeto de Lei que torna crime a exposição midiática de fatos que afrontam e agredem a ética e a dignidade das pessoas e de seus familiares sem qualquer pudor; que a proposta foi motivada pela denuncia apresentada pela Conselheira Fernanda; que essa situação está sendo comum; que sua reflexão foi sobre que tipo de benefícios esse comportamento pode proporcionar a todos; que somente ressalva aqueles para fins didáticos nas academias ou de interesse científico; que o segundo objetivo muito claro vem de que o CONASP deve promover maior relação com imprensa e legislativo; que isso não inova, vez que já existe para pedofilia; que casos de acidentes onde uma pessoa tira fotos e publica serve para alimentar um sentimento mórbido; que isso é doloroso para os familiares e sem sentido; que se for aprovada a proposta o CONASP poderá procurar um parlamentar que tenha afinidade com o tema. **Que cria mecanismo conforme segue: (incluir texto após aprovação).** Pediu a palavra a **Conselheira**

Fernanda para Solicitar a mostra da foto do travesti Verônica antes e depois da violência sofrida na Delegacia de São Paulo e questionou essa violação de direitos. O **Conselheiro Bridi** relatou acerca dos fatos e disse da necessidade de se ter as informações dos fatos como ocorreram para o CONASP não incorrer em erro. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** que sugeriu a reiteração do pedido de informações à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o que foi acatado por todos. **Pediu a palavra o Conselheiro Cássio** que retomou a discussão sobre a proposta do Conselheiro Carlos e disse ser mais abrangente; que não há casos no Distrito Federal membros da própria polícia divulgam cenas de crimes; que esse projeto de lei viria a calhar; que redes de mídia divulgam cenas terríveis com naturalidade que assusta. Solicitou a palavra a **Conselheira Lourdinha** e disse que acatava a espera da resposta do caso específico; que gostaria de discutir essa proposta de PL com sua base, que envolve até a PM; que fato recente chocou a todos, citando o caso de Castelo/PI onde as primeiras imagens foram divulgadas em grupos do WhatsApp; que propunha que o projeto não ficasse para depois; que as cenas das perícias de um suicídio estão divulgadas nessa rede; que o caso colocado pela **Conselheira Fernanda** pode aguardar, mas a proposta de PL deve evoluir. O **Conselheiro Carlos** frisou que uma proposta mal elaborada pode receber crítica de censura. O **Conselheiro Tião** disse que não se pode omitir que a divulgação dessas imagens sejam proibidas em qualquer veículo de comunicação; que a proposta veio em boa hora. Solicitou a palavra o **Conselheiro Lotin** sugerindo falar com a SAL (Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça) para verificar a técnica legislativa e dar um corpo para a proposta. Cedida a palavra ao **Conselheiro Adailton** e disse que é a violência vem generalizada; que quando o sujeito está preso é exposto; que a mulher que denuncia abuso é exposta; que se pode aprofundar a questão e agradeceu ao Conselheiro Carlos pela proposta. Observou o **Conselheiro Lotin** que dependendo da classe social se pode colocar o rosto e tudo mais, é absurdo, que pedia cuidado com generalizações. Pediu a palavra a **Conselheira Fernanda** para parabenizar o Conselheiro Carlos e disse saber que muitos parlamentares topam encaminhar a proposta; reportando-se aos Conselheiros Bridi e Lotin, que retirava e retificava que sempre se referia ao policial não com a instituição; que conviveu com policiais bandidos e honestos; que não falava da corporação; que reiterava que o Estado Brasileiro deviria protegê-la (Verônica); que Verônica não tenha que ser responsabilizada pelo que fez (acusação de ter mordido a orelha do policial); que ela somente se defendeu; que travesti sofre a violência em dobro; que o Estado falhou ao não protegê-la e agredi-la; que essa população é perseguida; que pedia desculpas se não se fez entender. Com a palavra o **Conselheiro Bridi** que disse não levar para o lado pessoal; que sabe ter policial bandido; que a Polícia Militar é uma das poucas instituições que corta na carne; que a Emenda 45 tirou das Juntas Militares o poder de julgar militares e atribuiu esse poder ao Tribunal do Júri; que bastava ver no que deu o caso da Boate KISS; que se tem que resguardar o debate de direitos humanos; que pretos, pobres e militares não são sujeitos de direitos humanos; que fica difícil entrar em uma academia de polícia e falar de direitos humanos. Pediu a palavra o **Conselheiro Gandra** e disse que o trabalho do policial é especial pela atividade que é diferenciada das demais; que trabalham com arma letal; que não tem policial bandido. Pediu a palavra o **Conselheiro Cleber** e disse que a proposta de projeto de lei é muito importante; que a divulgação de violência dá dinheiro; que sugeria que a proposta fosse levada às bases e na próxima reunião fosse apresentada proposta sólida; que não daria para ser assim, rápido. O **Conselheiro Teobaldo** disse que os direitos humanos são de todos ou não serão de ninguém; que o projeto era oportuno. Com a palavra o **Conselheiro Tião** e disse que acha difícil não ter um Projeto de Lei na câmara tratando desse assunto. Solicitou a palavra o **Conselheiro Carlos** e disse que gostaria que fossem encaminhadas as contribuições à proposta até terça (dia 23/06) para incluir e encaminhar a todos; que se deve preocupar com os ataques que a proposta vai sofrer. Retomou a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** anunciando que seria discutida a proposta do Conselheiro Tião. Dada a palavra ao **Conselheiro Tião** disse

que sua proposta era para que o CONASP faça recomendação da Senasp para que acolha a representante da entidade do Conselheiro Gandra e que a resposta seja breve para que não haja prejuízo na participação. Retomou a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** que colocou em regime de votação a proposta do Conselheiro Tião, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o **Vice-Presidente** obordou as Câmaras Técnicas informando que as que existem foram constituídas em 2010 e que foram 4 ou 5, solicitando ao Pleno que essa discussão fosse para a próxima reunião. Com a palavra o **Conselheiro Tião** e sugeriu que as câmaras sejam apenas para tratar do Pacto Nacional de Redução de Homicídios e da Conseg. Pediu a palavra o **Conselheiro Lotin** solicitando que fosse contemplado também a Lei Orgânica da Segurança Pública. Retomou a palavra o **Conselheiro Tião** e disse que nada impede que fosse concensuado as 3 comissões, ao que teve manifesto apoio do Conselheiro Ivan. Com a palavra o Conselheiro **Rodrigo Tasso** e disse que entendia que se fazia necessário amadurecer sobre quais questões se discutiria; que propunha quanto às câmaras técnicas que não fosse tomadas decisões precipitadas; que entendia pela indicação um relator (conselheira (o)) para trazer o porque de cada câmara. Fez uso da palavra o **Conselheiro Gandra** e disse que se passar de 3 comissões não se fará nada no CONASP. Com a palavra o **Conselheiro Rodrigo** e disse que poderia fazer contato com o Deputado Ronaldo Benedeti para estar presente à próxima reunião. Pediu a palavra o **Conselheiro Cléber** para observar que a cada assunto novo se derruba outro e que isso preocupa. Solicitou manifestar-se a **Conselheira Neiriele** que disse ser segunda reunião que participava; que nunca viu tanta desorganização; que não se avançava na pauta; que fez o levantamento da pauta citando o muito que não se fez; que era preciso lembrar da 2ª Conseg; que o aquele tumulto não pode acontecer. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** retrucou e disse que entendia aquele dia com muito produtivo; que respeitava a posição de Neiriele; que no dia seguinte se daria seguimento; que as apresentações eram muito importantes. Interveio o **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp** e sugeriu que as apresentações fossem enviadas por e-mail. Com a palavra a Conselheira Neiriele disse que era necessária a apresentação para propiciar o dialogo. Pediu a palavra o **Conselheiro Tião** para retomar a discussão acerca das Câmaras Técnicas; que a seu ver já estava concensuado que seriam três (LOSP, Conseg e Pacto Nacional de Redução de Homicídios); que no dia seguinte se discutiria o regulamento. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano que colocou em votação se era consenso as três câmaras temáticas, sendo aprovado por unanimidade.** Às 9h00 do dia 18, o **Vice-Presidente, Almir Laureano** deu início aos trabalhos cedendo a palavra ao **Conselheiro Carlos** que comunicou que o Projeto RIC foi repassado para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE); que se gastou muito aqui no MJ com este projeto; que o projeto foi abandonado e entregue ao TSE que agora fará a identificação civil e eleitoral; que o CONASP deve observar; que existem cerca de 53 milhões de pessoas sem identidade; que o CONASP deve convidar o TSE para dialogar. Retomou o **Vice-Presidente, Almir Laureano** informando que no dia 03 de julho, em Fortaleza, haverá um seminário sobre controle de armas e convidou a todos a participar. Solicitou a palavra o Conselheiro Teobaldo e disse que iria articular com as ouvidorias da região a participação no evento. o **Vice-Presidente, Almir Laureano** e informou que não mais haveria a apresentação do Sinesp. Pediu a palavra o **Conselheiro Gandra** que questionou a presença e postura do **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp** dizendo que lhe havia cortado a palavra. Interveio o **Conselheiro Cleber** e disse que **Sr. Maurício** veio para auxiliar e ajudar com as devolutivas das demandas do CONASP; que como convidado deveria ser tratado com respeito. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** deu início à análise do Regulamento da 2ª Conseg. Iniciados os debates o **Conselheiro Bridi** propôs que no art. 38 do Regimento Interno da Conseg, art. 1º, Inciso I precisa trocar diversidade por orientação sexual. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** salientou que precisa ser votado. Em regime de votação foi aprovado por unanimidade; art. 39 alterado para 4 categorias e inciso II passa para III e este para IV, aprovado por unanimidade. O **Vice-Presidente, Almir Laureano**

deu por encerrado o debate acerca do Regimento Interno da Conseg e anunciou o início dos debates quanto ao Regulamento. Adentrou à sala a **Presidenta do CONASP, Sra. Regina Miki** a quem foi dada a palavra e apresentou a Sra. Andréia, futura Secretária Executiva do CONASP a quem passou a palavra. A **Sra. Andreia** se apresentou e disse ser funcionária da Prefeitura de Santo Andre/SP; que está cedida à Secretaria da Juventude da Presidência da República. Retomou a palavra a **Presidenta do CONASP, Sra. Regina Miki** e disse ter sido informada da decisão do CONASP quanto ao pedido da Cobrapol; que não tenho nada contra; que o Grupo de Trabalho para tratar do Assédio Moral e Sexual às Profissionais da Segurança Pública nasceu de uma entrevista, onde se verificou o assédio moral com militares femininas; que o Conselheiro Lotin ligou na hora e sugeriu a criação do GT; que o Ministro aceitou; que o Grupo de Trabalho tem a liberdade de convidar; que em momento algum houve impedimento de participação; que a Cobrapol poderia ter pedido administrativamente; que o único óbice é o custo; que a Cobrapol pode apresentar o seu representante; que esse assunto está superado; que a Secretaria Executiva envie à Cobrapol os documentos e esta decisão do CONASP para que a entidade oficialize o nome; que será agilizada a vinda da Andréia para ocupar a Secretaria Executiva; que já havia falado com o Secretário Executivo e com o Ministro da necessidade da Secretaria Única para todos os conselhos do Ministério da Justiça; que essa idéia já está sendo formatada. Pediu a palavra o **Conselheiro Gandra** e disse que o pedido da Cobrapol foi feito para que ele cedesse a vaga no GT para uma mulher policial que é policial do Estado do Tocantins; que ela fora eleita para tratar do assunto que trabalha o GT; que ela seria a mais indicada para esse GT e não ele; que foi feito o pedido e foi negado. Retomou a palavra a **Presidenta do CONASP, Sra. Regina Miki** e explicou que o Conselheiro representava o CONASP e não poderia ceder para outra pessoa que não fosse do CONASP; eu teria que ser feita a substituição pelo Pleno; que o tempo que gastaram para ação judicial seria resolvido por um ofício; que se há alguma coisa pessoal vamos resolver entre nós (ela e o Conselheiro Gandra) e não misturar por entender que não têm esse direito. Fez uso da palavra o **Conselheiro Gandra** para solicitar uma audiência junto à Senasp para tratar do assunto, a cobrapol. Interveio o **Conselheiro Marcos** solicitando que fosse respeitada a pauta. Retomou a palavra a **Presidenta do CONASP, Sra. Regina Miki** e disse que tinha o direito a usar a palavra e que não teve a intenção de impedir a pauta; que a Sra. Andréia já iria a partir daquele momento, acompanhar os “e-mails”; que o **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp**, passaria todas as manhãs na Secretaria do CONASP para dar andamento em tudo, a seu pedido; que estava sem empenhando para que saia a Secretaria Executiva para todos os Conselhos do Ministério da Justiça; que no dia anterior o Marcelo (Chefe de Gabinete da Senasp) já havia pedido a unificação da parte de evento; que estava ali para solucionar e se despediu. Retomando a pauta o **Vice-Presidente, Almir Laureano** cedeu a palavra ao **Conselheiro Bridi** que deu início aos debates do Regulamento da Conseg. Foram destacados o art. 3º, art. 4º, art. 5º, art. 8º. Após debates foi aprovado o Regulamento da Conseg por unanimidade. Pediu a palavra a **Conselheira Lourdinha disse que** gostaria de saber como está o andamento de tudo, pois estava preocupado com as datas; que solicitava um Chek list de tudo com está; que gostaria de uma explicação porque esta demorando a convocação; que é cobrada pela base. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** disse que todos este trabalho está sendo adiantado; que estas datas que estão ai já não servem mais; que tudo depende da convocação da Presidenta da República; que o **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp** vai cuidar de verificar tudo isso; que a partir daquele momento iriam passar a discutir a questão da redução o número de dias colocado pela Sra. Regina Miki. Pediu a palavra a **Conselheira Fernanda** e disse que enquanto o CONASP se reúne a cada 2 meses e que não dá para reduzir para 1 dia e meio; que tem que ser menos por 2 dias; que a sociedade espera muito do CONASP que é um conselho importante. A **Conselheira Lourdinha** disse que o mandato dos atuais conselheiros é tampão; que gostaria de saber se a Comissão Executiva está formada e se existia garantia legal para

alterar o Regimento. O **Conselheiro Adailton** disse não concordar com a redução de dias de reunião. O **Conselheiro Tião** disse ser favorável a 02 dias de reunião; que os conselheiros viriam no dia anterior. O **Conselheiro Rodrigo Tasso** disse que a Dr. Regina disse que isso é inegociável; que o Pleno deveria continuar fazendo seu trabalho. O **Conselheiro Cleber** disse entender que a Secretária disse que isso é inegociável; que o CONASP poderia colocar 02 dias como proposta; que acreditava que seriam atendidos. O Conselheiro Adailton disse que o CONASP tinha que se posicionar. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** disse que reuniões de 02 dias e vinda no dia anterior atende ao que disse Dr. Regina. A Conselheira Neiriele disse que se conste em ata que isso é somente nesse momento de recessão. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** perguntou se todos estavam contemplados e colocou em votação a proposta de reuniões de 02 dias na segunda e terça durante o período de recessão. Em votação: aprovado por unanimidade. Em seguida informou que o CONASP pode utilizar mídias governamentais, citando a voz do Brasil, para divulgar seus atos e prestar esclarecimento de suas atividades à sociedade. Pediu a palavra o **Conselheiro Tião** e propôs fazer o convite ao Deputado Paulo Teixeira - Instituto de altos estudos da Câmara para apresentar a proposta. O **Conselheiro Carlos** indagou quanto ao que ficou definido em relação à proposta de projeto de Lei que apresentou no dia anterior (que trata da criminalização de divulgação de fotos na Internet); que iria mandar o e-mail na terça com as correções propostas pelos conselheiros para que fosse incluído na pauta da próxima reunião; que o Conselheiro Tião poderia ver com o Deputado Paulo Teixeira se seria possível a sua presença naquela oportunidade. O **Conselheiro Teobaldo** disse que era preciso ter informação consubstanciada e até agosto ter algo mais sobre o Pacto. O **Conselheiro Lotin** disse que era preciso que viabilizar as três câmaras. O **Conselheiro Rodrigo Tasso** sugeriu convidar o relator e o presidente da Pec da Lei orgânica da segurança pública para vir ao CONASP. O **Conselheiro Gandra comunicou que precisaria** sair; que o CONASP deveria convidar também os sub-relatores; que só falta a polícia civil para fazer acordo; que os outros já fizeram; que participaria da Câmara da Segurança Pública. O Conselheiro Lotin disse ser contra a proposta de Gandra de trazer os sub-relatores; que já havia conversado com os Deputados Benedeti e Sabino. Retomou a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** solicitando que se passasse às priorizações; que gostaria de incluir o controle de armar e redução da maioria. Passou-se então ao debate da pauta da próxima reunião do CONASP a se realizar em agosto. Ficou definido que o primeiro dia seria utilizado para tratar da 2ª Conseg. Para o segundo dia pela manhã: Programas de Proteção (PPCAAM, defensores, Provita); Informes da SENASP; Momento das Câmaras Técnicas; segundo dia à tarde: Convite ao Instituto de Altos Estudos da Câmara para apresentar a Lei Orgânica de Segurança Pública, de autoria do Deputado Paulo Teixeira e entrega anteprojeto de lei ao parlamentar; Convite ao Presidente e o relator geral da Comissão Especial das leis Orgânicas de Segurança Pública; PEC 24 – Fundo nacional de segurança pública. Aprovada a proposta de pauta, o Vice Presidente deu início à escolha das conselheiros e conselheiros que irão integrar as 03 Câmaras Temáticas. Após debates ficou definido que irão compor a Câmara da Lei Orgânica da Segurança Pública os seguintes conselheiros: Elisandro Lotin de Souza (ANASPRA), Abelardo Camilo Bridi (FENEME), Paulo César Buzzetti dos Santos (SINDARSPEN), Carlos Antônio Almeida de Oliveira (APCF), Jânio Bosco Gandra (COBRAPOL), Rogério Tenente Cabral (Conselho Nacional de Guardas), Zulmar Pimentel dos Santos (DPF), Neiriele Marques da Silva (FONAJUFE) e Ivan Contente Marques (Sou da Paz). Para compor a Câmara da 2ª Conseg os conselheiros: Clerton Franca (Grande Oriente do Brasil), Maria Lourdes Rocha Lima Nunes (MDH), Cássio Thyione Almeida de Rosa (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), Marcello Barros de Oliveira (SENASP) e Fernanda Benvenuto (ABGLT). Para a Câmara que irá tratar do Plano Nacional de Redução de Homicídios: Sebastião Correia dos Santos (Viva Rio), Teobaldo Witter (FNOP), Adailton Borges dos Santos (CEN), Rodrigo Tasso (CNPC) e Cleber Pinheiro Costa (Desarma Brasil). Formadas as Câmara o **Vice-**

Presidente, Almir Laureano observou que cada entidade poderá participar de somente de uma Câmara como titular com direito a voz e voto; que o suplente só tem direito a voz; que poderão participar de todas, desde que com ônus para a entidade que representa; que as câmaras não tem poder deliberativo; que os conselheiros que não se encontram presentes serão consultados. Comunicou o encerramento dos trabalhos pela manhã. Dando por iniciados os trabalhos na tarde do dia 18, o **Vice-Presidente, Almir Laureano** comunicou a todos que seria realizada a leitura do parecer relativo à maioria penal. Fizeram comentários acerca do documento o **Conselheiro Cleber** e disse que se preocupa com questões carcerárias; que as julga Caótico; que era preciso por o dedo na ferida. Com a palavra a **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** e disse que no Uruguai se discutiu isso por 2 anos. Foram usados vários argumentos; que do ponto de vista da estratégia, talvez se reforce uma ideia contrária ao que quer o CONASP; que não se deve destacar tanto a questão que não é o central. A questionou o **Conselheiro Tião** quanto aos argumentos utilizados no Uruguai. A **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** assumiu o compromisso de enviar os argumentos a todos. Com a palavra o **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp** e disse que esse documento será público quando for enviado ao Congresso Nacional; que tem uma situação absurda que é um adolescente de 16 anos vendendo droga para outro de 16 que vem a bater o carro e matar alguém; que o primeiro vai para o sistema penitenciário por crime hediondo e o outro que matou vai para o ECA; que isso é introduzir o tratamento desigual a menores. Fez uso da palavra o **Conselheiro Carlos** e disse que a proposta como está sendo apresentado, acha que o tráfico é mais grave que o homicídio como colocado. O **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp** a posição do MJ é a revisão do tempo de internação. O **Conselheiro Bridi** disse que não se pode deixar pontas soltas; que o documento deve ser objetivo; que senão vão querer questioná-lo. O **Conselheiro Carlos** disse entender que o documento esta bem rico para sustentar a tese. Disse o **Vice-Presidente, Almir Laureano** que o Pleno decidiu fazer documento; que é essa a decisão colegiada. Com a palavra a **Conselheira Neiriele** e disse que o documento estava bom; que o documento do IPEA tem todos os dados; que se tiver que fazer isso, coletar dados para colocar no documento, vai demandar tempo. O **Vice-Presidente, Almir Laureano** disse que o documento que o documento apresentado ficaria como um documento interno e a manifestação a ser divulgada somente diria que o CONASP é contrário à redução da maioria penal; que seria uma decisão colegiada. Conforme prometido a **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** informou que no Uruguai os argumentos utilizados para justificar a posição contrária à redução da maioria penal foram: processo de formação da criança e do adolescente e o argumento da reincidência; que os mais rejeitados foram o da pobreza e da falta de oportunidade. O **Conselheiro Tião** disse que tem que ter no mínimo uma justificativa; que só dizer que somos contra é pouco; que sugeria construir uma nota pública. O **Conselheiro Rodrigo** disse que esse documento esta bom; que os argumentos que deram resultado no Uruguai podem ser explorados. O **Conselheiro Cleber** disse que iria em uma outra linha; que qualquer coisa que colocar vai legitimar o que está ocorrendo; que devemos centrar a posição do CONASP na questão biológica; que nem se o sistema fosse o melhor não poderia ser reduzida maioria penal. Com a palavra o **Conselheiro Adailton** e disse ser necessário compreender que o país tem suas especificidades; que determinados argumentos deram certo no Uruguai deu certo; que não podemos negar nossa realidade. O **Conselheiro Tião** propôs que se passe à **Secretaria Executiva do CONASP a responsabilidade de pegar o documento e aprimorasse com esses argumentos e enviasse aos conselheiros para aprovação.** O **Vice-Presidente, Almir Laureano** consultou o plenário e a proposta do **Conselheiro Tião** foi aprovada por unanimidade. Em seguida o **Conselheiro Carlos** perguntou se o Ministério da Justiça tinha dados sobre a reincidência. O **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp** disse que a Fundação Casa tinha. A **Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** disse que o SINASE trabalha com dados dos crimes elucidados; que o

INFOPEN não tem corte de idade; que primeiro é preciso aprimorar esses dados para depois trabalhar. O **Sr. Maurício, Colaborador da Senasp** disse que em até 03 dias enviaria a proposta do documento para todos os conselheiros. Com a palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano deu a palavra à Sra. Beatriz, Assessora do Gabinete da Senasp** que passou a fazer a apresentação dos programas “Brasil mais Seguro” e “Crack é possível e vencer”. Antes relatou que o programa “Juventude Viva” está passando por reformulação para se adequar à realidade e se incorpore ao Pacto Nacional de Redução de Homicídios; que programa “Crack é possível e vencer” deixará de ser coordenado pela Senasp e passará para a SENAD e está sendo reformulado; que foi lançado em lançado em 2011; que hoje a Senasp tem um setor especializado para contratar. O **Conselheiro Tião** solicitou que a apresentação fosse encaminhada aos conselheiros. O **Conselheiro Bridi** frisou que nas ações conjuntas que viveu em Santa Catarina chegava um microônibus com policiais e só. O **Conselheiro Teobaldo** disse que no Mato Grosso se discute muito a abordagem; que um surdo foi abordado e apanhou da polícia e ficou 6 meses em hospital e uma outra pessoa veio a óbito; que há sérias dificuldades para trabalhar em rede; que temos que buscar como fazer isso. O **Conselheiro Carlos** indagou a **Sra. Beatriz Assessora do Gabinete da Senasp** quanto à pesquisa da SENAD e ela informou que foi realizada em 2013 em parceria com a Fiocruz. O Conselheiro Carlos indagou havia comparação do índice de uso de drogas entre o início e o final do programa e a **Sra. Beatriz** disse que talvez a SENAD para responder a isso; que não é o foco da Senasp. O **Conselheiro Carlos** disse que há pesquisas da SENAD de 04 em 04 anos; que não há dados no Brasil e se gasta valor de grande vulto; que não há dados para dizer onde se deve investir; que o amadorismo do sistema de segurança pública superior ao que existe no SUS que tem notificação; que é preciso inserir os dependentes químicos no rol de doenças; que é preciso levantar dados usando o sistema SUS para atacar pontualmente. O Conselheiro Tião disse que existiam 4 bilhões de previsão e foram gastos somente cerca de 800 milhões; perguntou qual é o balanço que a SENAD faz disso e quais são os dados utilizados para a análise. A **Sra. Beatriz Assessora do Gabinete da Senasp** apresentou alguns dados acerca do debate; que 4 bilhões é para todos os eixos; que somente falou da Segurança Pública que não tem como foco identificar o perfil do usuário; que isso é de responsabilidade da SENAD; que o Conasp pode ver se a SENAD fizesse uma apresentação. O Conselheiro Carlos disse que o CONASP precisa dialogar com o Ministério da Saúde; que há um sentimento muito forte que uma série de delitos estão sendo praticados por causa do uso de droga. A **Sra. Beatriz Assessora do Gabinete da Senasp** afirmou que a pesquisa desmistifica isso. Fez uso da palavra o **Vice-Presidente, Almir Laureano** para agradecer as apresentações realizadas pela Sra. Beatriz Assessora do Gabinete da Senasp e a presença de todos, dando por encerrada a 32ª reunião ordinária do CONASP.

Almir Laureano dos Santos.
Vice-Presidente do CONASP